

A enunciação proverbial como dispositivo de construção de verdades: um estudo sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito no discurso político e na mídia¹

1. Introdução

Sem dúvida nenhuma, Provérbio é um tema que suscita variados interesses investigativos, a julgar pela vasta literatura que se pode encontrar a esse respeito, em diferentes núcleos de interesse acadêmico: filosófico, histórico, cultural, etnológico, antropológico, sociolinguístico, lexicológico, semântico, discursivo... Tanta diversidade nos remete inevitavelmente a pensar numa exaustão de produções que há séculos vêm se acumulando. Essa idéia de um tema tão exaurido nos inquietou no início da pesquisa, por ficarmos em dúvida se ainda haveria algo mais a dizer, além de tudo o que já se havia dito. Entretanto, da mesma forma que a recorrência investigativa do tema nos provocava uma inibição, também provocava mistério, curiosidade, encanto... Um desafio. O mesmo provérbio condenado pelos cânones da linguagem culta à marginalidade, ao estigma do senso comum, à cristalização estática do clichê, contraditoriamente brota, renasce, efetiva-se em diferentes lugares, em diferentes discursos, em diferentes sujeitos, renovando sentidos diferentes.

Tomando como entrada teórica o discurso, o sentido, o sujeito, e cruzando com isso o acontecimento enunciativo do provérbio, delineamos nosso objeto de observação: a enunciação proverbial. Decidimos nos aventurar, então, em busca de descobertas acerca desse funcionamento extraordinariamente ordinário...

2. Do Corpus

O *corpus* de nossa pesquisa é constituído de enunciados proverbiais, coletados nos discursos parlamentares, que são publicados na página eletrônica do Senado Federal (www.senado.gov.br), diariamente. Todas as sessões do Senado Federal são publicadas na Internet no dia seguinte ao que se realizam. Essa publicação diz respeito a uma ata pormenorizada que traz sumariamente os principais acontecimentos do Senado, entre estes, decretos legislativos, deliberações, pareceres, comunicados, leitura de requerimentos, aprovação ou veto de projetos e emendas e, por fim, os discursos proferidos pelos senadores. O intervalo que definimos como padrão de pesquisa diz respeito ao primeiro semestre do ano de 2001. Foi necessário afunilar o recorte, posto que o temário proposto é enormemente diversificado, tendo alguns assuntos mais gerais, por exemplo, homenagens a personalidades e entidades, propostas e projetos diversificados, questões econômicas, tributárias, políticas de saúde, esporte, ecologia, desenvolvimento, defesa civil etc; e outros assuntos mais específicos do momento, por exemplo, o problema da privatização das companhias elétricas do país (o Apagão), o embargo da carne bovina brasileira no Canadá, e os escândalos envolvendo denúncias de crimes administrativos no setor público que trouxe à tona ao cenário brasileiro a prática da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigação dessas denúncias.

Selecionamos o tema da CPI. O assunto nos é caro, em princípio, por constituir-se numa temática polêmica e frutífera para flagrarmos o tipo de enunciação que queremos observar, e por tratar da questão da verdade, da investigação da verdade, questão que desenvolveremos e relacionaremos à proposta de análise dos enunciados proverbiais do discurso político-parlamentar, que se ancora na produção da verdade e seus possíveis efeitos.

3. Sobre a Enunciação Coletiva e o Dizer Proverbial

A estrutura proverbial evidencia o movimento que marca continuamente a aproximação e o afastamento do Locutor em relação ao nível de responsabilidade pelo dizer, o que caracteriza formalmente uma dualidade entre os enunciadores individual e coletivo. Em nossa opinião, essa dualidade está afetada por um simulacro de continuidade entre individual e coletivo. É como se o pensamento do EU, tornando-se comum ao pensamento da Coletividade, de uma pretensa totalidade, fosse elevado a um patamar maior de “razão”, de “verdade”. Esta dualidade ligada ao movimento de subjetivação e dessubjetivação do dizer que é flagrante na Enunciação Proverbial suscita um *desdobramento* do Locutor, que se pode chamar de dizer coletivo, ou “Enunciação-coletiva”. É claro que este Enunciador-coletivo não está restrito apenas aos provérbios, pois abrange também outros gêneros como: adivinha, cantos de torcida de futebol, piadas, slogans etc. Para Guimarães(2002), sem essa disparidade não pode haver enunciação. Nessa perspectiva, o autor acrescenta que a cena enunciativa coloca em jogo, de um lado, *os lugares sociais do locutor* (locutor-presidente), e de outro, *os lugares de dizer* que ele chama de *enunciadores* e os distingue em *individual*, *genérico* e *universal*.

Para explorarmos um pouco mais essa discussão, retomamos a relação feita por Ducrot e Anscombre (1983/1994) sobre os provérbios como o reservatório de topói de uma língua. Assim como há topói contraditórios que apontam para direções argumentativas opostas, há provérbios que se opõem argumentativamente (“Quem tem boca vai a Roma”, “Em boca fechada não entra mosca”). Isto se dá, entre outras coisas, por que os topói,

¹ Este trabalho é uma parte da minha tese de doutorado, defendida em 2004 no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP (Brasil), intitulada: “O Provérbio É um Comprimido que Anda de Boca em Boca” – os Sujeitos e os Sentidos no Espaço da Enunciação Proverbial

como os provérbios, representam coletividades (classes) diferentes de enunciadores que por vezes se opõem. O provérbio, supostamente sob a égide de uma autoridade indiscutível (“a sabedoria das nações”), se separa, então, da massa dos enunciados genéricos, e se diferencia graças a sua estrutura impregnada da contingência. (cf. GRÉSILLON & MAINGUENEAU, 1984, p.113-114).

Gostaríamos de chamar atenção para um trabalho que nos é especialmente caro. Em “O Discurso – Estrutura ou Acontecimento”, Michel Pêcheux (1983) analisa o **enunciado coletivo** político “On a gagné” [“Ganhamos.”], que se refere ao acontecimento de François Mitterand ter ganhado as eleições presidenciais na França em maio de 1981. Pêcheux traça um percurso através da relação entre os universos logicamente estabilizados e o das formulações irremediavelmente equívocas, refletindo sobre a materialidade da língua. O autor deixa claro que ao analisar um discurso, partimos da interpretação que se coloca, sem deixar de lado outros lugares de interpretação, pois todo enunciado, toda seqüência de enunciados é linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. Ele analisa o enunciado “On a gagné” e a partir dele, as considerações a respeito do acontecimento, da estrutura, da tensão entre descrição e interpretação no interior da Análise do Discurso (AD). Por essa via, o autor propõe que analisar a estrutura enunciativa requer investigar o seu acontecimento, observando o encontro de uma atualidade e uma memória, num determinado campo discursivo. Pêcheux mostra que:

A materialidade discursiva desse enunciado coletivo é absolutamente particular: ela não tem nem o conteúdo nem a forma nem a estrutura enunciativa de uma palavra de ordem de uma manifestação ou de um comício político. “On a gagné”, cantado com um ritmo e uma melodia determinados (on-a-ga-gné/dó-dó-sol-dó) constitui a retomada direta, no espaço do acontecimento político, do **grito coletivo** dos torcedores de uma partida esportiva **cuj**a equipe acaba de ganhar. Este grito marca o momento em que a participação passiva do espectador-torcedor se converte em atividade coletiva gestual e vocal, materializando a festa da vitória da equipe, tanto mais intensamente quanto ela era mais improvável. (cf. Pêcheux, 1983: 21).

Acima, Pêcheux relaciona a participação da equipe com o efeito de coletividade. É comum que o enunciado coletivo produza um efeito de generalização/homogeneização nos interlocutores. Mas, trata-se apenas de um efeito e na descrição do analista esse efeito se apaga (este precisa estar atento para não ser “prego” por esse simulacro). Assim como Pêcheux encarou o enunciado “On a gagné” como coletivo, nós pensamos a enunciação proverbial como uma enunciação coletiva por sua estrutura e seu acontecimento (memória e atualidade). A reflexão acerca da Divisão do Locutor e a discussão sobre o desdobramento e deslizamento mútuo entre um enunciador individual e coletivo é interessante para nós. Nosso interesse nessa discussão a respeito dos lugares de enunciação e, mais especificamente, da enunciação coletiva proverbial é primordialmente o de reforçar a discussão acerca da constituição do sujeito social interpelado pela ideologia dominante que (des)ocupa posições subjetivas, (re)produzindo transformando sócio-historicamente dominantes. Vejamos os recortes abaixo:

(1) ⇒02/02/01 – Aparte do Sr Jefferson Peres (PDT – AM) no discurso de Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) > Críticas à ação de algumas ONGs, envolvidas em irregularidades na compra de terras indígenas no Estado de Roraima. Cobrança da instalação da CPI das ONGs.

“Complementando, congratulo-me com V. Ex^a. por haver renovado o requerimento de criação da CPI, porque **está em tempo de se separar o joio do trigo**. Existem ONGs realmente sérias, existem ONGs de picaretagem, existem ONGs a serviço de interesses que não sabemos quais são. Creio que a Comissão Parlamentar de Inquérito servirá para fazer essa separação e isso será muito útil para todo o País, mas principalmente para a nossa Região.”

(2) ⇒21/03/01 – José Eduardo Dutra (PT – SE) > Referências ao pronunciamento do Senador Jader Barbalho, a respeito da criação da CPI da Corrupção.

“Penso que poderemos, Sr Presidente, agora, colocar em prática aquela proposta que fiz logo após a sessão em que o Senador Antônio Carlos Magalhães apresentou uma série de requerimentos de investigação. (...) Naquela oportunidade, eu disse que, para não ficar parecendo para a opinião pública que se tratava apenas de um jogo de cena, nós nos disporíamos, juntamente com as Lideranças de todos os Partidos com assento nesta Casa, a formular um requerimento consensual para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que pudesse investigar todas as denúncias que estavam sendo feitas não só da tribuna desta Casa, como pela imprensa. Infelizmente, naquele momento, **as Lideranças fizeram ouvidos de mercador**. Os Líderes da Oposição se reuniram e formularam um requerimento para a instalação da CPI. Já estávamos – e estamos – coletando assinaturas para que seja instalada uma CPI mista na Câmara e no Senado. O Senador Jader Barbalho apresenta uma sugestão de aditamento a esse requerimento. Tenho certeza de que os Líderes da Oposição no Senado nada terão a opor a esse aditamento.”

Como podemos observar nos recortes acima, temos dois enunciados proverbiais, em (1) temos “*está em tempo de se separar o joio do trigo*” e em (2) “*as Lideranças fizeram ouvidos de mercador*”. Um dos princípios gerais desse trabalho é o de considerarmos a enunciação proverbial como uma enunciação coletiva, essencialmente anônima (podendo ser de todos e de ninguém), e que pode identificar/caracterizar classes de enunciadores distintas. Nesse funcionamento enunciativo, o Locutor põe em cena um Enunciador-coletivo que representa o dizer de uma certa coletividade. No exemplo (1), reconhecemos uma passagem bíblica (E₀ - Mateus 13, 30 e ss)

que inspirou a forma “*é tempo de se separar o joio do trigo*” (E₁): uma *proverbialização* (como vimos no capítulo anterior) que usualmente passou à condição de provérbio em função das suas próprias condições de produção (condições sócio-histórico-ideológicas que constituem a estreita relação entre a forma proverbial e a estrutura metafórica da parábola, bem como o ‘tom’ autoritário da verdade religiosa) e que, aliás, é bastante oportuna para ser relacionada à discussão que envolve a CPI.

No discurso religioso, essa referência já identifica a representação de diferentes classes referenciais, a classe dos “bons/trigo” e a dos “maus/joio”, e pelo discurso religioso não é tão simples fazer a separação dessas duas classes referenciais pelo fato desses dois elementos serem muito semelhantes aparentemente, porém opostos no sentido de que um (o joio) é daninho e o outro (o trigo) é abençoado, é o alimento que dá a vida etc. O próprio discurso religioso faz uso de uma metaforização que opõe diferentes elementos para distinguir classes. As posições de sujeito que se identificam com essa verdade religiosa se materializam enunciativamente no enunciado proverbial como Enunciador-coletivo. O discurso político, que comumente se apodera da verdade religiosa, coaduna-se com o Enunciador-coletivo desse enunciado proverbial, ressaltando a necessidade de distinguir as ONGs do “bem/honestas/sérias” daquelas do “mal/desonestas/irresponsáveis” numa tentativa de **se identificar com a classe do “bem”**. No caso, temos uma situação política em que há denúncias de crimes político-administrativos por parte de algumas ONGs, e o locutor-x (locutor-Senador) representa uma classe político-partidária (o PDT) que (também) se diz em busca da verdade, propondo, assim, a “separação” entre os “bons” e os “maus” com a investigação (CPI) das referidas ONGs, de modo que as benesses de tal “separação” atinjam não só o país como um todo, mas principalmente a coletividade da sua região (Norte). A própria referência ao “tempo” é amplamente significativa, pois se na bíblia o trigo cresce junto com o joio e só no tempo certo (o juízo final) essas classes são separadas, também aqui há o “tempo” certo para promover esta separação do bem do mal, mas não é preciso esperar pelo juízo final, basta instalar uma CPI para apurar a verdade!

No exemplo (2), reconhecemos uma típica forma proverbial “*fazer ouvidos de mercador*” que pela própria estrutura já remete-nos a uma determinada classe referencial. Se em princípio já nos deparamos com a classe dos “mercadores”, também é importante frisar que não se trata de “negócios de mercador”, nem de “palavra de mercador” ou de “idéias de mercador”, mas especificamente de “ouvidos”. No imaginário popular, tem-se que o comerciante ou mercador que normalmente trabalha na feira ou área de livre comércio, tem por princípio não dar muita atenção ao que escuta, sobretudo, dos fregueses. O mercador para o bem de seu próprio negócio, para usar outra expressão do mesmo quilate, “faz vista grossa” para determinadas situações. Mas, apesar do referido enunciado poder ser usado para identificar o Locutor com a classe dos “mercadores” que precisam “fazer vista grossa” para se saírem bem em alguma negociação, ele normalmente (e é o caso aqui) é imputado negativamente à classe oposta da qual o Locutor quer se afastar e condenar. No caso, o locutor-x pessoalmente propõe a instalação da CPI para investigação de denúncias e afirma estar disponível, juntamente com o seu partido (o PT) que à época fazia oposição ao governo (o PSDB), para ser investigado. No entanto, ele acusa a classe das “Lideranças” de não darem importância à sua proposta, “fazendo ouvidos de mercador”. O locutor-x permite identificar a classe referencial com a qual o Enunciador-coletivo se identifica.

Considerando os pressupostos teóricos da AD, podemos observar que os enunciados que destacamos acima constituem enunciativamente em sua estrutura a materialização da exterioridade sócio-histórico-ideológica formalizada na língua e funcionam (re)produzindo e efetivando sentidos em seu acontecimento discursivo, de modo que os sentidos e os sujeitos são ressignificados. Percebemos o movimento e a renovação dos sentidos mesmo aparentemente presos à cristalização fixa dos provérbios. A cada enunciado proverbial, temos um acontecimento significativo que envolve uma memória e uma atualidade, renovando e (re)produzindo o já dito. O provérbio isolado está engessado semanticamente, é quase um dêitico vazio de sentido, mas na enunciação ele preenche-se de contingência, e se subjetiva tornando-se um espaço de quebra da cristalização, um lugar de mudança, de não-homogeneidade.

4. Os Efeitos de Verdade na Enunciação Proverbial

Sendo o *corpus* deste trabalho um conjunto de enunciados proverbiais, mais especificamente, enunciados proverbiais pertencentes ao universo político-parlamentar, não poderíamos escapar a “o estar frente a frente” com a “Verdade”! O discurso político entremeia instâncias diversas em seu corpo, entre estas, ganham destaque, o jurídico, o científico, o religioso, o ético e o senso comum. Todas estas instâncias discursivas comprometem-se com a “Verdade”, justificam-se por ela. E já que entre provérbios e “verdade” há uma estreita e reconhecida relação, ainda que estigmatizada e marginalizada, cumpre-nos chamar a atenção para as relações que são estabelecidas entre a instância do saber popular, do senso comum (a voz do povo), e outras instâncias do saber convencionalmente mais validadas como científicas e filosóficas.

Michel Foucault destitui o lugar universal e atemporal da Verdade, esclarecendo que os percursos histórico-sociais que nos conduzem ao estatuto da Verdade estão muito mais relacionados aos efeitos de sua produção e *invenção* (sobre este termo pretendemos voltar a discutir) do que, propriamente, a um possível caráter platônico de Verdade ideal, eterna e absoluta. Nesse sentido, o autor particulariza as *verdades*, ou cada verdade, nas suas relações de produção, efetivação e constituição. Sejam estas verdades pertencentes aos círculos institucionais autorizados, validados e de prestígio ou residam/resistam estas nos espaços da marginalidade. Para M. Foucault, a Verdade não É, ou Está (n)isso ou (n)aquilo desde sempre e para sempre, mas foi e continuará sendo produzida e efetivada a partir de jogos de relações sociais, políticas, jurídicas, religiosas e históricas permeadas pelo elemento poder.

O efeito de universalidade absoluta da Verdade está contido em uma prática histórica que a história das idéias apresenta caracterizada pela continuidade, linearidade e homogeneidade, de maneira que as micro-estruturas funcionassem pela repetição modelar de uma unidade maior, macro-estrutural: universal. Foucault percorre esse caminho (caminho em busca da perpétua universalidade) na contra-mão e, no percurso, faz-nos deparar com a descontinuidade (limiar, ruptura, corte, desvio, mutação, transformação):

Tal descontinuidade se constituía no estigma da dispersão temporal que o historiador almejava excluir da história, mas para Foucault, tal dispersão permite individualizar os domínios. A história contínua faz-se correlata à função fundadora do sujeito: a segurança de que tudo que se lhe perdeu será devolvido. Segundo Foucault (1969/2002), para a história das idéias, a diferença, é desequilíbrio, o desvio é erro ou armadilha: assim, a sagacidade da análise não pode se prender a ela, mas tentar desfazê-la em prol da perfeita continuidade. A arqueologia do saber, por outro lado interessa-se pelo que normalmente é considerado obstáculo. Ela não pretende mascarar as diferenças, mas analisá-las, mostrar em que consistem e 'diferenciá-las'².

A estas considerações de M. Foucault, gostaríamos de acrescentar o que sustenta M. Pêcheux, (cf. PÊCHEUX, 1975/1997, p.127), acerca dessa discussão sobre a continuidade do sujeito, da história, da verdade, considerada por ele como um mito continuista-empirista, a partir do qual o sujeito concreto individual caminha progressivamente até o sujeito universal. Como a própria palavra "povo" já guarda em si, estereotipicamente, a noção de coletividade, percebemos claramente o funcionamento do *mito empírico-continuista*: o coletivo de "pessoa" ("povo") implica a totalidade, portanto a universalidade: como se fosse o TODO/UNIVERSAL, não é só o EU, nem o NÓS, nem o ELES, mas o TODOS. Não estaria apenas no plano do 'indivíduo', nem de 'alguns', nem da 'maioria', mas no plano da 'totalidade'. A partir do tradicional esquema mítico *empírico-continuista* é com o TODOS que estaria a "verdade" universal. Ora, o provérbio vai evidenciar exatamente o contrário! A enunciação proverbial representa coletividades distintas e muitas vezes opostas. Do estatuto reconhecido de "verdade" do povo, o provérbio deixa-nos entrever que o "povo" não é uma unidade homogênea e, portanto, sua "verdade" não é universal. É por isso que o enunciador do provérbio não pode ser um enunciador-universal, ou um enunciador-genérico, mas só pode ser um enunciador-coletivo, no sentido de que a noção de coletivo representa um grau de particularidade (distinção/divisão) em relação ao Geral, Total, Universal.

O discurso parlamentar é tido e apresenta-se como a voz do representante do povo, aquela voz que representaria o povo como uma pretensa totalidade. O discurso político, considerando o conjunto do congresso, produz o simulacro de unidade de um personagem/sujeito: o representante com ares divinos que porta a "verdade". A verdade, ética, moral, religiosa, científica, jurídica e popular (senso comum). Pois, por um efeito político/formal, assim como ele simula representar a universalização das "verdades" de todas as principais instâncias, ele tanto pretende representar as "verdades" divinas, legais e acadêmicas, como está obrigado a representar a "verdade" popular ("pelo povo, para o povo e com o povo"). A voz do povo não tem autoridade científica, mas tem autoridade política na medida em que elege. É por isso que no discurso parlamentar há que existir a "verdade" marginal do povo formalizada na língua pelo provérbio, clichê, lugar comum e expressões idiomáticas. Funciona como um lugar de legitimação do discurso político. O saber político consiste na produção de uma grande "verdade" que se quer universal, produzida a partir de diferentes tipos de "verdades" que representam as instâncias mais importantes de poder. Estas formas misturam o dizer do povo com o dizer do seu representante pondo-os oportunamente em consonância, de modo produzir o simulacro de unidade e o efeito de continuidade entre o povo e seu representante.

A Comissão Parlamentar de Inquérito diz respeito a um processo para investigação de denúncias e fraudes dentro do cenário político, com vistas a trazer à luz a verdade, cumprindo com o papel de publicar os fatos, satisfazendo ao povo que cobra o aparecimento da verdade, o julgamento dos culpados e a punição dos erros. Além de tornar-se uma prática na "busca" pela "verdade", a tornou-se principalmente um mecanismo estratégico de controle público perante o povo, uma forma de ameaça, de poder de alguns políticos em relação a outros. Como desconfiávamos, a enunciação proverbial vai estar presente nesses discursos, marcando, sobretudo, o compromisso que os parlamentares têm em reconhecer o valor do saber popular, da "verdade" do povo. Vejamos o exemplo abaixo:

23/02/01 – Roberto Requião – (PMDB – PR) > Solidariedade ao Senador ACM na defesa da apuração dos fatos envolvendo o ex-Secretário-Geral da Presidência da República, Eduardo Jorge, conforme matéria publicada na revista Isto É.

*"Os cínicos, com o pretexto de defender a instituição, na verdade, estão propondo a consagração absoluta do cinismo, ou seja, a moral, a conduta séria é apenas para o povo, é apenas para a plebe, é apenas para os humildes, enquanto os poderosos do momento, os príncipes do regime, da sociedade e da economia estão, segundo eles ou para eles, acima do bem e do mal. (...) E nós só poderemos voltar a acreditar nas instituições brasileiras se a verdade for restabelecida. **"Conhecerás a verdade e a verdade vos libertará"** – é uma máxima bíblica, não é minha." (...) O Senador Antônio Carlos Magalhães, cheio de defeitos, contabiliza também qualidades. E um senador emotivo e franco – **"Conhecerás a verdade e a verdade vos libertará"**. (...) terá prestado mais um serviço ao país, por que levanta um caso que já foi sepultado pela maioria governista no Congresso, que é o caso do Sr. Eduardo Jorge. (...) **Quebrem o sigilo do Sr. Eduardo Jorge em 1994 e 1998 e chegarão à verdade.** E segundo o Senador Antônio Carlos Magalhães, a verdade envolve o próprio Presidente da República. (...) Acho que o Presidente está numa sinuca, mas os áulicos, (...) tentam sacralizar o*

² Conferir: (M. Foucault, 1969/2002, p.195)

Presidente da República e o PFL solta uma nota oficial dizendo que “o Presidente da República está acima de qualquer suspeita”. Já o Antônio Carlos Magalhães pode ser satanizado. (...) No mais, que conheça o País a verdade. A discussão filosófica agora é menos importante. O importante é que as denúncias foram colocadas e devem ser apuradas.”

No trecho acima, constatamos a importância que é dada à “verdade”, à revelação da “verdade” e necessária “libertação” nesta implicação. Concordamos com as afirmações de Foucault quando este aponta que, em relação ao estatuto da verdade, há relações muito mais importantes e constatáveis condizentes não com o fato de sua existência ou não, de sua universalidade ou não, mas com os efeitos que ela pode encadear. Aquilo que está estabelecido como verdade revela-se pautado na relação ‘saber-poder’ veiculada pela instância do jurídico-político para estabelecer controle sobre o povo, sobre a história.

Esta relação/implicação é enfatizada tanto na citação do conhecido provérbio bíblico (a - “conhecerás a verdade e a verdade vos libertará”), como na proverbialização (b - “Quebrem o sigilo do Sr Eduardo Jorge em 1994 e 1998 e chegarão à verdade”). Os enunciados proverbiais que destacamos possuem uma simulada relação de implicação lógica (SE... ENTÃO...) formalizada gramaticalmente na língua e imposta no discurso. Mas, essa implicação não é lógica e sim ideológica, pois é determinada sócio-histórico-ideologicamente. Como a Gramática busca impor a lógica à língua, contemplando tal relação por si só como suficiente para explicar os processos sintáticos e semânticos da língua, ela deixa de fora as relações exteriores, histórico-ideológicas, o que acaba por provocar algumas lacunas quando se faz uma análise mais crítica desses processos lingüístico-gramaticais. Percebemos na relação entre memória e atualidade, a ruptura da cristalização proverbial. Tanto pela própria citação que na formulação é relacionada implicativamente a questões determinadas, como pela proverbialização que já se desloca formalmente da cristalização constituindo novos sujeitos e sentidos.

5. Considerações Finais

Para nós a forma proverbial não se limita à sua estrutura fixa, mas, essencialmente, às possibilidades de paráfrase, alteração, subversão, proverbialização, marginalização... de seu acontecimento enunciativo. Como é possível chamar de estático, de cristalizado um gênero efetivamente tão vivo e produtivo? Nesse sentido, percebemos o deslocamento de um lugar de “estaticidade” para um espaço de movimento, de mudança: movimento e mudança de sentidos e sujeitos.

Centralizamos nossa investigação sobre a enunciação proverbial, especificamente no discurso político-parlamentar, e tentamos resgatar a sua materialidade enunciativa e discursiva para dentro da análise lingüística. Destacamos a divisão do Locutor na cena enunciativa (Guimarães) e, nesse funcionamento, destacamos a enunciação proverbial como uma enunciação essencialmente coletiva, sobrelevada pela sua materialidade profundamente opaca e equívoca. Centralizamos a constituição dos sentidos (re)produzidos nesse funcionamento, cujo movimento duplo de aproximação/distanciamento do Locutor se caracteriza por uma tensão / confusão entre o individual e o coletivo, sem que se firme um limite entre um e outro.

Na relação que abordamos entre o discurso político-parlamentar e a enunciação proverbial interessou-nos, ainda, atrelar tal relação à produção de efeitos de verdade: as formas institucionais da verdade e as formas populares da verdade (Foucault). Mesmo em sua “marginalidade”, o Provérbio está intrincado com a verdade. Ele tem um funcionamento discursivo autoritário, pois é um recurso retórico e ideológico de autorização e por isso muitas vezes passa por uma verdade comumente aceita. Nesse sentido, enfatizamos que um dos efeitos do Discurso político-parlamentar é produzir o simulacro de unidade do povo e construir a imagem de um representante popular que está comprometido com a “Verdade”: ética, moral, religiosa, científica, jurídica e principalmente a popular que é a voz do povo (portanto, a de Deus). A enunciação proverbial materializa formalmente essa verdade do povo que deve ser veiculada pelo seu representante público. O tema da CPI nos propiciou uma feliz relação entre a enunciação proverbial, o discurso político-parlamentar e a produção de efeitos de verdade.

Para nós a estrutura implicativa do provérbio (quando este a possui), somente lhe confere uma simulação de implicação lógica. Na verdade, ele está impregnado da exterioridade, histórica, social, cultural, política e ideológica que se materializa nas coletividades que representa, produzindo efeitos de verdade. Portanto, o provérbio diz respeito à representação material de uma voz coletiva formalizada na língua e seu reconhecimento como tal está ligado a uma contingência de repetibilidade histórica, bem como à forma material de suas formulações e às condições de produção da enunciação proverbial.

6. Referências Bibliográficas

- ANSCOMBRE, J-C. (Org.). *Théorie des topoï*. Paris: Kimé, 1995.
- ANSCOMBRE, J-C. & DUCROT, O. 1983. *La argumentación en la langue*. Madrid: Gredos, 1994.
- FOUCAULT, M. 1969. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- _____. 1974. *As verdades e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU / PUC Rio, 1996.
- _____. 1979. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GRÉSILLON, A. & MAIGUENEAU, D. *Polyphonie, Proverbe et Détournement*. In: *Langages*, Paris: Larousse, n.73, p.112-125, 1984.
- GUIMARÃES, E. J. *Texto e argumentação – Um estudo de conjunções do português*. Campinas: Pontes, 1987.

- _____. *Enunciação e formas de indeterminação*. In: ORLANDI, E. P. et. Alii. **Vozes e contrastes – Discursos na cidade e no campo**. São Paulo: Cortez, 1989. p. 45-77.
- _____. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002. p.11-42.
- PÊCHEUX, M. *L'enoncé: enchâssement, articulation et de-liaison*. In: CONEIN, B. et al. **Materialités discursives**. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981. p.143-148.
- _____. 1983. **O discurso - Estrutura ou acontecimento**. 2ed. Campinas: Pontes, 1997.
- _____. 1975. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 3ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- SANTOS, M. O. *O individual e o coletivo na enunciação proverbial*. In: **Actas de congreso internacional – La Argumentación**. Buenos Aires: UBA, 2002. p.1479-1484. CD-ROM.
- _____. **“O Provérbio É um Comprimido que Anda de Boca em Boca” – os Sujeitos e os Sentidos no Espaço da Enunciação Proverbial**. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP-IEL, 2004.